

ANFUP- Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas

DESIGNAÇÃO DA ACÇÃO

O REGIME DE FÉRIAS, FALTAS E LICENÇAS NO CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS

Objetivos

Melhorar o desempenho dos participantes na execução das formalidades processuais através de exercícios práticos relativos a férias, faltas e licenças, aplicáveis aos trabalhadores a exercer funções públicas, bem como informação aos utentes dos serviços e acompanhamento das formalidades inerentes ao regime de parentalidade e de atribuição dos respetivos subsídios.

Programa

- Conceitos sobre assiduidade e pontualidade e suas implicações no exercício de funções. Regime dos vários tipos de faltas e licenças sem remuneração.
- Trâmites de cada um dos processos relativos a faltas e licenças.
- Reflexos na situação funcional, nomeadamente nos abonos, no direito a férias, na contagem de tempo de serviço.
- Consequências da não justificação das faltas.
- As regras da parentalidade: análise de cada uma das situações, designadamente, licença parental inicial em todas as modalidades; licença por adoção; dispensas para consultas pré-natais; regime de amamentação e aleitação; faltas para assistência a filhos; faltas para assistência a netos; licença parental complementar; licença especial para assistência a filhos, horários específicos no âmbito da parentalidade.
- O regime de férias.



Metodologia de formação

Recurso aos métodos expositivo, interrogativo e demonstrativo

Formas de organização

Presencial remota

Recursos didáticos

Documentação de apoio; PC; Ligação à internet (por cabo); Videoprojetor e Ecr-Flip-Chart/Quadro Branco Magnético

Metodologias de avaliação

Inicial: Diagnóstica (questões para aferição do nível de conhecimentos). Observação direta da participação, interesse e empenho na realização das atividades propostas.

Duração da ação - 18 horas

Datas da realização - 21, 22, 23, 24 e 25 de novembro (5 manhãs das 9,30 às 12,30 h)

Preço – 108,00€

Formador - Arnaldo Azevedo